

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Funcionalismo faz cobranças a Guedes 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores federais ameaçam greve após atos esvaziados, e governo se cala 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANFIP

Categorias de servidores que ganham mais puxam pressão por reajuste 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mourão: reajuste geral a servidores é impossível 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Risco de impacto político para Bolsonaro 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Centrão decidirá sobre reajuste de servidores 11

VALOR ONLINE - JUDICIÁRIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf suspende sessões e estimativa de casos retirados de pauta é bilionária (Artigo)
..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Além da formalidade (Editorial) 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
SERVIDOR PÚBLICO

Quatro estados registram ocupação de 80% ou mais nas UTIs para Covid 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Falta de servidores da Receita esvazia protestos em Brasília 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores de 46 categorias param e dizem que "bola" está com Bolsonaro 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária fica sem data para votação no Senado 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Âncora fiscal e desenvolvimento (Artigo) 21

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Economistas debatem se aumento da Selic é eficaz 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

O desafio sem fim dos combustíveis (Editorial)	23
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER ECONOMIA	
Doria enfrenta racha no PSDB após prévias, rejeição e dissidência pró-Tebet.....	24
O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO ECONOMIA	
Retomada global patina com China e Ômicron	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Dívidas sugam 25% do Auxílio Brasil e frustram impulso para a economia.....	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Brasil encerra 2021 com o recorde de 76,3% das famílias endividadas.....	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Dólar tem valorização de 0,61%, a R\$ 5,5598.....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Secretário da Fazenda diz que Estado ainda aposta no diálogo com Guedes.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Petróleo atinge maior cotação desde 2014 por receio com oferta.....	37

Funcionalismo faz cobranças a Guedes



Marcelo Ferreira/CP/D.A.PRESS
Servidores federais fizeram protesto por reajuste salarial em Brasília

Fernanda Strickland

Sem reajuste, representantes de pelo menos 40 carreiras saíram às ruas em Brasília ontem para cobrar aumentos de salários de até 28% e atacaram o ministro da Economia, Paulo Guedes. Para os sindicatos, foi um dia histórico para o serviço público federal, porque alegam que não vão aceitar mais tratamento "indigno" do governo. Pela manhã, houve protesto em frente ao Banco Central. À tarde, a manifestação se concentrou em frente ao Ministério da Economia. Na abertura do primeiro ato, realizado no estacionamento do Banco Central, o presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fona-cate), Rudinei Marques, disse que o ministro Paulo Guedes deveria "se explodir" com a granada que jogou nos **servidores públicos**.

O presidente da Fonacate, disse ainda que quem está segurando o "barco", durante a pandemia, são os funcionários públicos. "Enquanto isso, o ministro Paulo Guedes chama os servidores de parasitas, diz que vai colocar uma granada no bolso dos servidores. Pois bem, hoje é o dia de o serviço público federal devolver a granada para o bolso do ministro Paulo Guedes. Que se exploda o ministro, que não acredita no seu país, que tem dinheiro aplicado em paraísos fiscais", bradou Rudinei.

"Um ministro que não acredita na sua economia não tem condições de ficar à frente de um ministério tão importante, que deveria está trabalhando para a

retomada do desenvolvimento nacional", completou. Rudinei ressaltou que a categoria não vai mais aceitar esse tratamento desrespeitoso com o funcionalismo. "São cinco anos de congelamento salarial, são três anos de ataques e agressões aos serviços públicos. É o momento de dizer basta!", declarou em manifestação.

O segundo ato ocorreu às 14h, em frente ao Ministério da Economia, na Esplanada dos Ministérios. No local, os manifestantes também atacaram Guedes, declarando que o ministro "vai cair". Os sindicatos apontaram que tinham um recado, "Guedes, você vai cair e deixar o governo".

Os sindicatos também disseram que "ninguém merece reajuste diferenciado, todos merecem reajuste igual".

As manifestações foram inicialmente convocadas pelo Fona-cate, que reúne grupos de auditores fiscais da Receita, servidores do Banco Central, diplomatas e outros. Procurados, o Ministério da Economia, o Banco Central e a **Receita Federal** disseram que não se pronunciarão sobre a greve.

Representantes dos sindicatos afirmaram que nos últimos anos o brasileiro só ganhou aumento de despesas e custos. De acordo com eles, a **inflação** corrói a economia do país, reduzindo diretamente os salários de todos aqueles que vivem do próprio trabalho, e dessa forma o poder de compra só cai.

Em ofício destinado ao ministro Paulo Guedes, o Fonacate disse que representantes de 37 entidades de classe do funcionalismo, que juntas alcançam mais de 200 mil **servidores públicos**, reitera solicitação de reunião - por videoconferência ou presencial - a fim de tratar a pauta salarial dos servidores federais.

INFLAÇÃO O ofício observou que as perdas inflacionárias dos servidores federais - acumuladas desde 2017, para 80% dos servidores; e desde 2019, para os demais -, já corroeram cerca de um quarto do poder aquisitivo dos salários.

"Se não houver recomposição salarial em 2022, tais perdas poderão se acumular até 2024, haja vista as restrições impostas pela legislação fiscal vigente, sobretudo pela Lei Complementar 173/2020", observou.

Os sindicatos disseram que em meio ao caos na economia brasileira, o governo federal sinalizou que

está prevista, no Orçamento de 2022 uma verba de R\$ 1,7 bilhão para reajuste salarial no funcionalismo público.

"Porém, o presidente da República desrespeita os servidores ao sinalizar positivamente a recomposição para uma categoria. Não cumprindo a ordem constitucional e de normas internacionais de tratar todos com respeito e igualdade", relataram as entidades.

Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, foi um balanço muito positivo. "Mesmo nesse contexto de pandemia, tivemos em torno de mil pessoas entre o Banco Central e o Ministério da Economia. Milhares de servidores acompanharam nas redes sociais o que estava acontecendo aqui em Brasília. Algumas capitais realizaram atos, como foi o caso de Belo Horizonte, de João Pessoa, de Rio de Janeiro, de Salvador."

"Acreditamos que os atos de hoje e a grande manifestação que houve nas redes, a vasta cobertura da mídia foram suficientes para dar um recado pró-governo. Um recado é que tem 1,1 milhão de **servidores públicos** na expectativa de que o governo defina seu salário", completou.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/01/2022/p1>

Servidores federais ameaçam greve após atos esvaziados, e governo se cala



Após entregas de cargos e redução no ritmo de atividades, **servidores públicos** federais foram às ruas na tentativa de elevar a pressão sobre o governo e conseguir abrir as negociações por reajustes salariais.

Diante do silêncio do governo Jair Bolsonaro (PL) perante os atos, categorias já planejam deflagrar greve na segunda quinzena de fevereiro.

As manifestações em Brasília ocorreram nesta terça-feira (18) em frente às sedes do Banco Central e do Ministério da Economia. A mobilização teve baixa adesão em outros estados, como nos atos do Rio de Janeiro e de Recife.

A adesão contida já era esperada pelos sindicatos, devido ao aumento da taxa de transmissão de Covid-19 no Distrito Federal e às férias de muitos servidores. Mesmo assim, alimentou críticas dos poucos governistas que comentaram a mobilização.

O líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), disse que o movimento foi "bem fraquinho". "Não [assustou o governo]. Achei fraco", disse à Folha.

Em uma tentativa de não ampliar a visibilidade dos atos e suas repercussões, inclusive políticas, membros da área econômica evitaram, inclusive nos bastidores, comentar as ações dos servidores. Oficialmente, o Ministério da Economia disse que não irá se manifestar.

Procurado, o Planalto não comentou o protesto.

A briga por reajustes salariais começou no fim de dezembro, após Bolsonaro acenar com aumentos apenas para policiais federais. A pedido do governo, o Congresso reservou R\$ 1,7 bilhão no Orçamento de 2022 para bancar a despesa extra com o reajuste.

Os auditores fiscais da **Receita Federal** foram os primeiros a reagir, com a entrega de cargos comissionados e o início da operação-padrão, que já afeta alguns portos e fronteiras.

Os atos desta terça-feira começaram com uma paralisação de servidores do Banco Central, seguida de ato em frente ao prédio da instituição. O sindicato da categoria afirma que 50% dos servidores pararam suas atividades por um período de duas horas, pela manhã.

À tarde, os servidores realizaram novo ato, dessa vez em frente ao prédio principal do Ministério da Economia, onde despacha o ministro Paulo Guedes.

Os líderes sindicais afirmam que participaram servidores de cerca de 40 categorias e que os atos reuniram de 500 a 600 pessoas. Os representantes afirmam que esse número de manifestantes já era esperado, tendo em vista o recrudescimento da variante ômicron, que aumentou a quantidade de casos de infecção pelo novo coronavírus.

Guedes foi o principal alvo dos manifestantes. Um boneco com a sua imagem trazia um cartaz no pescoço, fazendo menção ao fato de o ministro possuir conta em uma offshore. Em outro momento, esse mesmo boneco segurava uma granada, em referência à frase dita por ele, em reunião ministerial de abril de 2020, de que a suspensão de reajustes seria uma "granada no bolso do inimigo".

À época, a suspensão dos reajustes por dois anos foi incluída pelo Congresso como contrapartida ao socorro dado pela União a estados e municípios devido à crise da Covid-19. A vedação, porém, acabou em 31 de janeiro de 2021.

Participaram da manifestação servidores da **Receita Federal**, da Controladoria-Geral da União, do Legislativo, Banco Central, do Poder Judiciário, entre

outros.

Também estiveram no ato em frente ao Ministério da Economia parlamentares da oposição, como os deputados Erika Kokay (PT-DF) e Professor Israel Batista (PV-DF).

"É uma sinalização. Acho que o recado foi dado para o governo: é hora de sentar e negociar com os **servidores públicos** federais", afirma o presidente do Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Rudinei Marques.

"Essa mobilização começa agora, mas não tem data para encerrar. Só encerra com a reposição ao menos das perdas inflacionárias que tivemos desde janeiro de 2017 até aqui, que já chegam a mais de 28%." O Fonacate defende o reajuste de 28% porque é o tamanho da perda inflacionária nos últimos cinco anos. Outros fóruns que representam os servidores querem reposição de 19,9% (variação da **inflação** de 2019 até hoje), como o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos **Servidores Públicos** Federais), que representa leque mais amplo de carreiras, inclusive aquelas com menores salários.

A entidade entregou ofício ao Ministério da Economia, no qual pede audiência com Paulo Guedes para discutir a questão. Rudinei Marques afirma que o procedimento tem o intuito de sinalizar oficialmente que a categoria está aberta a negociação, para evitar questionamentos judiciais em eventual greve.

"Vamos agora preparar aí o terreno para que no começo de fevereiro nós possamos deliberar sobre uma greve por tempo indeterminado", afirmou o presidente do fórum, que diz que são necessários alguns ritos e assembléias, antes da determinação da paralisação.

"Na nossa avaliação, no início de fevereiro, na primeira semana, na primeira quinzena, para encaminhar todas as formalidades e depois então, se for o caso, entrar com um movimento paredista mais incisivo", completou.

As lideranças acreditam que uma greve não poderia começar muito mais tarde que a segunda quinzena, pois consideram a janela orçamentária "muito curta", indo até o fim de março.

As lideranças sindicais afirmam que a paralisação e os atos desta terça-feira não tinham o intuito de afetar a execução dos serviços. No caso do Banco Central, os servidores paralisaram as suas atividades entre 10h e 12h. De acordo com o presidente do Sinal (Sindicato Nacional dos Servidores do Banco Central), Fábio Faiad, 50% dos funcionários do órgão cruzaram os

braços nesse período.

Apesar da paralisação, Faiad afirma que os serviços do BC não foram afetados.

A mobilização teve baixa adesão fora de Brasília. Cidades como Rio de Janeiro e Recife registraram atos com poucos participantes e, na avaliação de lideranças, o recente avanço de casos de Covid-19 dificultou adesão maior.

Um dos protestos no centro do Rio ocorreu nas imediações da Superintendência Estadual do Ministério da Saúde. Por volta das 14h, em torno de 40 pessoas se reuniam no local.

"Estamos há oito anos sem reajuste. A **inflação** chegou a dois dígitos, e o poder aquisitivo **diminuiu**", disse José Ribamar de Lima, diretor do Sint-Saúde-RJ (Sindicato dos Trabalhadores no Combate às Endemias e Saúde Preventiva no Estado do Rio de Janeiro).

No Recife (PE), funcionários públicos federais realizaram ato pela manhã no centro da cidade. O protesto pediu reajuste para todos os servidores.

Às vésperas dos protestos, lideranças não descartavam a realização de atos de servidores da **Receita Federal** em aeroportos do país. O Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio, não registrou impacto, segundo a concessionária RIOgaleão. O Santos Dumont, outro terminal carioca, opera apenas voos domésticos, e, por isso, não há área de alfândega com atuação da **Receita Federal**.

Sítio:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49795&anchor=6448724&pd=0d10ccfcacc8520e9112d975e4cce136>

Categorias de servidores que ganham mais puxam pressão por reajuste

ADRIANA FERNANDES

As carreiras de servidores federais que fazem maior pressão por reajuste salarial são as que custam mais para os cofres públicos e têm salários maiores.

Auditores fiscais da **Receita Federal** e do Trabalho, peritos criminais federais, delegados da Polícia Federal (PF), advogados da União e analistas do Banco Central (BC) estão no topo da lista das 22 carreiras mais bem remuneradas do Executivo, segundo levantamento do Estadão a partir de dados do Ministério da Economia.

Com remuneração anual entre R\$ 380,38 mil (auditores da Receita) e R\$ 341,1 mil (analista do BC) e salário médio entre R\$ 26,2 mil e R\$ 29,3 mil, essa elite do funcionalismo puxou a fila da articulação política de mobilização depois que o presidente Jair Bolsonaro acenou com aumento só para categorias policiais (confira ao lado).

A remuneração final da elite, porém, na maioria das vezes é mais elevada porque os dados não consideram bonificações, como os honorários advocatícios, benefícios e indenizações.

A lista não contempla servidores do Judiciário e do Legislativo porque as informações para esses dois Poderes são menos transparentes.

No topo da lista, estão os 7.860 auditores da Receita, seguidos por 2.014 auditores fiscais do Trabalho, com remuneração anual de R\$ 372,24 mil.

As 22 categorias do levantamento, com 119 mil servidores ativos e inativos, incluindo pensionistas, custaram, em 2021, R\$ 33,3 bilhões. Desses servidores, 55,1 mil estão na ativa, com custo superior a R\$ 15 bilhões. A folha dos demais 44,03 mil aposentados e 20,57 mil pensionistas teve peso maior (R\$ 18,3 bilhões).

Entre os servidores que ganham menos, estão os do Plano Geral do Poder Executivo Federal (PGPE), de nível médio e superior. Os PGPEs e carreiras correlatas somam 396.771 servidores - um terço do Executivo. Os servidores da educação (professores e técnicos) são em número ainda maior (419.477), o correspondente a 36% do funcionalismo.

Os que têm salário mais baixo são maioria entre 1,3 milhão de servidores e mais de 100 carreiras com perfis de promoção diferentes, que geram distorções, ainda mais se comparadas às carreiras do Judiciário e do Legislativo. A última negociação foi de 2016 a 2019. Os contemplados até 2017 tiveram em média 10,8% e os contemplados até 2019, 27,9%.

COMPARAÇÕES. O presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), Mauro Silva, disse que os auditores fiscais têm menor remuneração entre os pares dos Estados e municípios. Desde 1998, segundo ele, a carreira já perdeu 32% da remuneração em quantidade de salários mínimos (R\$ 1.212). Ele ponderou que a carreira de advogado da União tem no Executivo, na prática, os salários mais altos, por receber bônus de eficiência. Pelos seus cálculos, os advogados ganham 30% a mais devido aos honorários de sucumbência.

Para ele, a discrepância é maior ainda com o Judiciário, que recebe verbas indenizatórias que não pagam Imposto de Renda. "A comparação com a iniciativa privada é viciada também porque mais de 70% dos trabalhadores com salários superiores a R\$ 10 mil são PJs, e não CLT", disse.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

REMUNERAÇÃO

Os rendimentos dos servidores federais variam entre as carreiras da elite do funcionalismo

CARREIRA	NÚMEROS DE SERVIDORES DA ATIVA	DESPESA TOTAL EM 2021 EM MILHÕES DE REAIS	DESPESA ANUAL POR SERVIDOR EM MILHARES DE REAIS	GASTO MENSAL DA UNIÃO POR SERVIDOR* EM MILHARES DE REAIS
AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	7.860	2.989,8	380,4	29,3
AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO	2.014	749,7	372,2	28,6
PERITO CRIMINAL FEDERAL	1.190	427,9	359,5	27,7
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL	1.805	644,1	356,9	27,5
ADVOGADO DA UNIÃO - AGU	1.681	580,1	345,1	26,5
ANALISTA DO BANCO CENTRAL	2.875	980,7	341,1	26,2
PROCURADOR DO BANCO CENTRAL	162	54,9	338,9	26,1
ANALISTA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	518	175,1	338,0	26,0
PROCURADOR FEDERAL	3.644	1.207,4	331,3	25,5
AUDITOR FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	2.407	790,9	328,6	25,3
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL	2.089	680,0	325,5	25,0
ESP. EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO GOVERNAMENTAL	938	305,1	325,3	25,0
ANALISTA DE COMÉRCIO EXTERIOR	397	125,3	315,7	24,3
DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO	644	196,8	305,7	23,5
ANALISTA TRIBUTÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	5.966	1.315,7	220,5	17,0
PAPIOSCOPISTA POLICIAL FEDERAL	467	99,3	212,7	16,4
AGENTE DE POLÍCIA FEDERAL	5.872	1.243,0	211,7	16,3
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEDERAL	1.791	362,8	202,6	15,6
TÉCNICO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	48	8,9	185,7	14,3
POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL	10.904	1.880,8	172,5	13,3
TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	350	57,8	165,3	12,7
DIPLOMATA	1.547	196,7	127,2	9,8
TOTAL	55.169	15.073,0	273,2	21,0**

* VALOR ANUAL POR SERVIDOR DIVIDIDO POR 13, OS GASTOS COM SALÁRIOS NÃO LEVAM EM CONTA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NEM BÔNUS; **TOTAL MÉDIO

FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Mourão: reajuste geral a servidores é impossível

**JUSSARA SOARES, DIMITRIUS DANTAS, FERNANDA
TRISOTTO E GABRIEL SHINOHARA**
economia@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Risco de impacto político para Bolsonaro

INGRID SOARES

Após prometer aumento salarial apenas a algumas categorias, em especial a policiais, visando a reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) acabou deflagrando um crise com o restante do funcionalismo público e passou a correr sério risco político com a decisão.

Servidores federais têm grande poder de mobilização no Congresso, o que pode impactar na sustentação do governo. A análise é de que o presidente sairá ainda mais arranhado, independentemente do cenário.

O vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) afirmou, ontem, não haver espaço no Orçamento para a concessão de reajustes salariais a servidores. O general ainda colocou em dúvida o aumento já prometido a categorias como servidores da Segurança e da Saúde. Ao ser questionado pela imprensa sobre o assunto, enfatizou: "Você sabe muito bem que não tem espaço no Orçamento para isso, né?".

Perguntado se o reajuste ficaria restrito a servidores da Segurança e da Saúde, Mourão afirmou: "Não sei nem se o presidente vai conceder isso aí. Não sei, vamos aguardar o presidente bater o martelo. O espaço orçamentário é muito pequeno".

Bolsonaro também já foi alertado por integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o risco jurídico de conceder aumento salarial apenas para as forças policiais e que o reajuste deveria ser concedido a todo o funcionalismo público para evitar uma enxurrada de ações.

O diretor-geral da Associação Contas Abertas, Gil Castello Branco, observou que os **servidores públicos** são numerosos, organizados e possuem enorme poder de pressão sobre o Legislativo, sobretudo em ano eleitoral.

"Bolsonaro e (Paulo) Guedes (ministro da Economia) contribuíram de forma relevante para a indignação das diversas categorias de **servidores públicos**, ao insistirem, junto ao Legislativo, para a alocação de recursos no Orçamento de 2022 com a finalidade da concessão de aumento seletivo, exclusivamente para servidores da área de segurança. Parafrazeando um ditado popular: cutucaram o "leão" com a vara curta, ainda mais ao retirarem recursos da **Receita Federal** de forma a compor o aumento para os servidores da segurança", avaliou.

Castello Branco destacou que, "racionalmente, não há espaço orçamentário para a concessão de aumento generalizado para todos os **servidores públicos**, a não ser com o cancelamento de outras despesas obrigatórias, o que desencadearia efeito cascata, muito provavelmente afetando as finanças de estados e municípios". "Mas a preocupação atual é muito maior com o calendário eleitoral do que com a responsabilidade fiscal", acrescentou.

O especialista frisou que cada ponto percentual de aumento salarial dos **servidores públicos** gera impacto de R\$ 3 bilhões a R\$ 4 bilhões. "Um hipotético pequeno aumento de 5% para todos os servidores, muito aquém do que eles pretendem, ocasionaria aumento da despesa entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões. Racionalmente, não há espaço fiscal para o aumento."

Centrão decidirá sobre reajuste de servidores



FERNANDA STRICKLAND

Representantes de pelo menos 40 carreiras do funcionalismo público saíram às ruas, em Brasília, para cobrar reajuste salarial de até 28% e centraram ataques no ministro da Economia, Paulo Guedes, e no presidente Jair Bolsonaro. Mas a decisão sobre aumento para **servidores públicos** está nas mãos, na verdade, do Centrão. O grupo de sustentação do governo recebeu do chefe do Executivo a chave do cofre da União e dará a última palavra sobre a destinação de recursos do Orçamento de 2022.

O governo tem até sexta-feira para sancionar o Orçamento, que reserva R\$ 1,7 bilhão para reajuste salarial apenas de integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), que são base de apoio do Executivo. Para fechar as contas, portanto, será necessário cortar R\$ 9 bilhões em despesas. E o Centrão já avisou que vai turbinar o Fundo Eleitoral, dos R\$ 4,9 bilhões previstos na peça orçamentária, para R\$ 5,7 bilhões (leia reportagem na página 3). Para conceder reajuste aos servidores, seria preciso cortar mais despesas ou buscar novas fontes de receita.

O funcionalismo está irredutível na mobilização por aumento salarial. Além dos atos de ontem, ameaça greve geral no mês que vem, se não for atendido. Se fosse concedido o reajuste de até 28%, a folha de pessoal da União cresceria mais de R\$ 80 bilhões por ano. Seriam despesas permanentes.

Pela manhã, o protesto ocorreu em frente ao Banco Central. De tarde, a mobilização foi à porta do Ministério da Economia. Segundo balanço dos organizadores, os dois atos reuniram, no total, cerca de mil manifestantes.

Os atos foram liderados pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), que reúne 37 categorias da elite do funcionalismo público; e pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), representante do carreirão ? que engloba cerca de 80% dos funcionários federais.

Na abertura do primeiro ato, no estacionamento do BC, o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, disparou contra o titular da equipe econômica. "O ministro Paulo Guedes chama os servidores de parasitas, diz que vai colocar uma granada no bolso dos servidores. Pois bem, hoje (ontem) é o dia de o serviço público federal devolver a granada para o bolso do ministro Paulo Guedes. Que se exploda o ministro que não acredita no seu país, que tem dinheiro aplicado em paraísos fiscais", discursou.

Ele também defendeu a saída de Guedes. "Um ministro que não acredita na sua economia não tem condições de ficar à frente de um ministério tão importante, que deveria estar trabalhando para a retomada do desenvolvimento nacional", frisou. De acordo com Marques, os servidores não vão mais tolerar o tratamento que vêm recebendo. "São cinco anos de congelamento salarial, são três anos de ataques e agressões aos **servidores públicos**. É o momento de dizer basta." No segundo ato, em frente ao Ministério da Economia, os manifestantes também miraram em Guedes, enfatizando que o ministro "vai cair". Marques disse que "ninguém merece reajuste diferenciado" e criticou Bolsonaro. "O presidente da República desrespeita os servidores ao sinalizar positivamente a recomposição para uma categoria, não cumprindo a ordem constitucional e de normas internacionais de tratar a todos com respeito e igualdade", sustentou.

De acordo com Marques, o Fonacate ? representante de 37 categorias do funcionalismo ? enviou ofício a Guedes, no qual reitera o pedido de reunião, por videoconferência ou presencial, a fim de tratar da pauta salarial. O documento destaca que as perdas inflacionárias dos servidores federais ? acumuladas desde 2017, para 80% dos servidores; e desde 2019, para os demais ? corroeram cerca de 1/4 do poder aquisitivo.

Ao fim das mobilizações, Marques fez um balanço positivo. "Mesmo nesse contexto de pandemia, tivemos em torno de mil pessoas entre Banco Central e Ministério da Economia. Milhares de servidores

acompanhando nas redes sociais", contou. "Algumas capitais realizaram atos, como Belo Horizonte, João Pessoa, Rio de Janeiro e Salvador." Procurados, o Ministério da Economia, o Banco Central e a **Receita Federal** não quiseram se pronunciar.

Judiciário

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e do Ministério Público da União (Fenajufe) anunciou que tem reunião marcada para amanhã com a ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF). A magistrada substituiu o presidente da Corte, Luiz Fux, neste período de recesso.

Coordenador de administração e finanças da entidade, Fernando Freitas disse que a reunião ocorrerá de forma virtual. "Os coordenadores da Fenajufe levarão as pautas do setor do Judiciário, da União e do Ministério Público da União. Então, como o projeto de iniciativa tem que ser por meio do Judiciário, nós vamos levar até a ministra. Esse pedido é de todos. São mais de 120 mil servidores em todo o Brasil", frisou.

"Foi fraquinho"

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), minimizou a manifestação de servidores federais em Brasília e disse que o presidente Jair Bolsonaro ainda não bateu o martelo sobre o reajuste salarial em 2022.

"Foi fraquinho", afirmou.

"O presidente vai tomar uma decisão. No final do ano, não tinha dinheiro no Orçamento, e eu falei que era melhor não dar para ninguém. Se o governo decidir fazer, vamos tomar as providências para resolver." Após a aprovação do Orçamento de 2022 no Congresso, Barros sugeriu que o chefe do Executivo não desse o reajuste para nenhuma categoria.

Greve de peso em 2015

A última manifestação de peso dos servidores federais ocorreu em 2015, no início do segundo governo de Dilma Rousseff (PT). A greve provocou a paralisação de aulas, atrasou benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e suspendeu atividades de fiscalização em porto, aeroportos e fronteiras. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), ao todo, foram 12,1 mil horas parado. As categorias voltaram a trabalhar após proposta de reajuste de 5,5%, em 2016, e de 5%, em 2017.

Elite lidera a pressão

As carreiras de servidores federais que fazem maior pressão por reajuste salarial são as que custam mais para os cofres públicos e têm salários maiores.

Audidores fiscais da **Receita Federal** e do Trabalho, peritos criminais federais, delegados da Polícia Federal (PF), advogados da União e analistas do Banco Central (BC) estão no topo da lista das 22 carreiras mais bem remuneradas do Executivo, segundo levantamento do Estadão.

Com remuneração anual entre R\$ 380,38 mil (audidores da Receita) e R\$ 341,1 mil (analista do BC) e salário médio entre R\$ 26,2 mil e R\$ 29,2 mil, essa elite do funcionalismo puxou a fila da articulação política de mobilização depois que o presidente Jair Bolsonaro acenou com aumento só para categorias policiais.

A remuneração final da elite, porém, na maioria das vezes é mais elevada, porque os dados não consideram bonificações.

A lista não contempla servidores do Judiciário e do Legislativo, pois as informações para esses dois Poderes são menos transparentes.

No topo da lista, estão os 7.860 auditores da Receita, seguidos por 2.014 auditores fiscais do Trabalho, com remuneração anual de R\$ 372,24 mil.

As 22 categorias do levantamento, com 119 mil servidores ativos e inativos, incluindo pensionistas, custaram, em 2021, R\$ 33,3 bilhões.

Desses servidores, 55,1 mil estão na ativa, com custo superior a R\$ 15 bilhões. A folha dos demais 44,03 mil aposentados e 20,57 mil pensionistas teve peso maior (R\$ 18,3 bilhões).

Entre os servidores que ganham menos, estão os do chamado Plano Geral do Poder Executivo Federal (PGPE), de nível médio e superior. Os PGPEs e carreiras correlatas somam 396.771 servidores - um terço da força de trabalho do Executivo.

Os servidores da educação (professores e técnicos) são em número ainda maior (419.477), o correspondente a 36% do funcionalismo.

Os servidores com salário mais baixo são maioria entre 1,3 milhão de funcionários públicos.

Carf suspende sessões e estimativa de casos retirados de pauta é bilionária (Artigo)

Por Beatriz Olivon Formada em jornalismo pela UnB e em Direito pelo IDP. Está no Valor desde 2014 e atua em Brasília, com foco nos tribunais superiores e Carf.

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/carf-suspende-sessoes-e-estimativa-de-casos-retirados-de-pauta-e-bilionaria.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/carf-suspende-sessoes-e-estimativa-de-casos-retirados-de-pauta-e-bilionaria.ghtml>

Além da formalidade (Editorial)

Em mais uma potencial afronta às regras orçamentárias, o presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou no último dia de 2021 a renovação por mais dois anos da desoneração de folha salarial para 17 setores que empregam intensamente no país. Entretanto o fez sem indicar contrapartidas como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A manobra não é a primeira a erodir a confiança na gestão das contas públicas, mas a forma com que foi levada a cabo desta vez expõe o mandatário a riscos legais, que precisam ser avaliados pelos órgãos de controle, a começar Tribunal de Contas da União.

A exigência de medidas compensatórias, como aumento de receitas ou cortes em outras despesas, visa justamente garantir que não haverá medidas populistas a desconsiderar as restrições do caixa.

Seguir regras, contudo, não é o forte de um governo destrambelhado como o atual. Em que pese a boa intenção, o custo da manobra para os cofres públicos é estimado em R\$ 9,1 bilhões -e a prática poderá vir a ser repetida em outras áreas se não for fiscalizada.

Também foi publicada medida provisória desobrigando a União de repassar ao **INSS** a quantia, o que também pode ser alvo de contestação. Abre-se, de quebra, novo espaço dentro do teto de gastos, depois da flexibilização casuística dos limites que elevou os juros e o dólar nos últimos meses.

Sem considerar o mérito da medida, há evidências iniciais de que o governo não seguiu os ditames legais e depois embarcou numa tentativa de mitigar danos.

A tese da Secretária-geral da Presidência, à diferença do que defendia a equipe econômica, é que não se faz necessária uma compensação por se tratar de prorrogação do incentivo -em desacordo com o entendimento do TCU- considerada nas estimativas de receita para 2022, o que foi desmentido pelo relator do Orçamento.

A prova de que havia controvérsia no governo é não constar assinatura de nenhum técnico da Economia na peça sancionada. Estavam em vigor até o fim do ano passado, além disso, a majoração da CSLL dos bancos e do IOF sobre operações de crédito.

Pior, noticiou-se que os líderes políticos do Planalto tentaram persuadir o relator a alterar a projeção de arrecadação depois de concluída a votação no

plenário, de modo a regularizar a situação a posteriori. Eis mais um passo na insensata trajetória, que em si também pode acarretar problemas jurídicos.

Agora resta ao TCU avaliar o ocorrido, por meio de uma representação específica ou durante a análise célere das contas de 2021. Não se trata de mero cumprimento de formalidades, mas de respeito a normas básicas de gestão.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49795&anchor=6448724&pd=0d10ccfcacc8520e9112d975e4cce136>

Quatro estados registram ocupação de 80% ou mais nas UTIs para Covid

Ana Luiza Albuquerque, Júlia Barbon, José Matheus Santos, Patrícia Pasquini, Fernanda Canofre, Matheus Rocha, Leonardo Augusto, Franco Adailton e Raquel Lopes - RIO DE JANEIRO, RECIFE, SÃO PAULO, PORTO ALEGRE, SALVADOR, BELO horizonte e Brasília

A escalada de novos casos da Covid-19 neste início de ano ampliou a pressão sobre os hospitais e fez com que quatro estados atingissem o patamar acima de 80% na ocupação dos leitos de UTI (Unidade de Terapia Intensiva).

O cenário é parecido ao de julho de 2021, quando a segunda onda de Covid-19 começava a refluir no país.

Ceará e Goiás são os estados com maior pressão no sistema de saúde pública e registraram uma ocupação de 87% dos leitos para pacientes graves. Na sequência, aparecem Pernambuco com 86% e Espírito Santo com 80%.

Em Pernambuco, o governo tem anunciado a abertura de novos leitos para pacientes com síndrome respiratória aguda grave para atenuar o novo pico de influenza e de Covid-19. Com 95 mil leitos, o estado registrava uma fila de espera de sete pacientes na segunda-feira (17).

A nova alta levou o governo do estado a implantar medidas restritivas para o setor de eventos, limitando a capacidade a 3.000 pessoas, e a determinar a exigência do passaporte vacinal para a entrada em bares, restaurantes, cinemas, teatros e museus, até 31 de janeiro.

A explosão de casos também se reflete na testagem. Em duas semanas, o percentual de pessoas que fizeram o teste e tiveram a doença detectada saiu de 3% para 23%.

Para o acesso a testes gratuitos no Recife, a população chega a enfrentar até quatro horas de espera em filas. Nos laboratórios privados, os principais relatos são de dificuldade de agendamento e demora para obter o resultado.

Em Goiás, na rede pública estadual, há 87% de ocupação dos leitos de UTI para Covid-19 voltados para adultos, que são 163 ao todo. Enquanto isso, 32 pessoas aguardavam um leito de UTI nesta terça (18),

de acordo com o governo de Goiás.

A pressão sobre o sistema de saúde levou a administração da capital goiana a proibir festas de Carnaval. Além disso, decreto publicado nesta terça limita a 500 pessoas a ocupação em qualquer estabelecimento, afetando sobretudo grandes eventos. Uma parte dos **servidores públicos** da prefeitura foi autorizada a voltar ao trabalho remoto.

O Ceará, que registrava uma taxa de ocupação de 86,6% na segunda, também sofre com baixas entre os médicos, enfermeiros e técnicos.

O afastamento de cerca de 15% profissionais de saúde da rede pública com sintomas gripais, desde dezembro, fez o governo estadual abrir seleção para mais de 150 vagas temporárias para médicos.

No Espírito Santo, o percentual de ocupação de leitos de UTI para Covid-19 está em 80%. A Prefeitura de Vitória disponibiliza a partir de desta terça 470 testes rápidos de Covid-19 por dia, que podem ser agendados pela internet.

O Amazonas também registra um cenário preocupante, atingindo a marca de ocupação de 77% dos leitos públicos de UTI. O número de leitos intensivos ocupados saltou de 18, no início do mês, para 58, nesta segunda.

Ainda assim, a pressão hospitalar está longe de se equiparar ao cenário do ano passado. No pico da transmissão, as redes pública e privada chegaram a ter 753 leitos de UTIs e 1.977 leitos clínicos ocupados, com uma fila de espera de mais de 500 pacientes.

Segundo o governo do Amazonas, a média móvel de casos teve alta de 1.007% no estado entre os dias 1º e 13 de janeiro. O maior crescimento, de 2.493%, foi identificado em Manaus.

Com o avanço da ômicron, o governo decidiu adiar para o dia 14 de fevereiro o início presencial do ano letivo nas escolas da rede pública estadual. O desfile das escolas de samba foi cancelado.

"Já prevíamos um aumento exponencial de casos, mas não tão grande. A variante ômicron tem uma transmissibilidade muito elevada e provoca uma

quantidade bem menor de quadros graves, mas é diferente de não provocar quadros graves", afirma o médico Anoar Samad, secretário estadual de Saúde.

Na Bahia, a taxa de ocupação de leitos de UTI da rede pública era 65% nesta terça. Do total de 545 leitos disponíveis, 352 estão ocupados por pacientes com Covid-19.

De acordo com o governo baiano, cerca de 80% dos pacientes internados são pessoas que não completaram o esquema vacinal.

Em São Paulo, a taxa de ocupação de leitos de UTI para Covid alcançou 54% na segunda, com tendência de alta. O índice de ocupação era de 39% em 10 de janeiro e de 25% no primeiro dia do ano.

Na capital paulista, o cenário é mais preocupante, com uma ocupação de 69% dos leitos para pacientes graves.

"A última vez que a capital paulista havia registrado uma taxa de ocupação de UTI de 69% foi no final de junho de 2021, cenário em que não tínhamos ainda grande parte da população vacinada com o esquema completo", lembra Wallace Casaca, coordenador da plataforma SP Covid-19 Info Tracker, criada por pesquisadores da USP e da Unesp com apoio da Fapesp.

O estado tem aberto novos leitos para dar conta da demanda. O número de leitos de UTI para Covid-19 disponíveis aumentou de 4.021 para 4.455 entre os dias 7 e 17 de janeiro, em um crescimento de 11%.

O estado do Rio de Janeiro tem um cenário mais tranquilo, com 10% dos leitos de UTI da rede estadual ocupados.

Por outro lado, há pressão na capital a taxa de ocupação de UTIs públicas subiu rapidamente e chegou a 64% na segunda. O número de internados em enfermarias e leitos intensivos mais do que triplicou em seis dias -de 163 para 624, entre os 7 e 13 de janeiro.

Estado e capital sofrem uma grande baixa de profissionais de saúde afastados pela doença. Todas as cirurgias eletivas foram suspensas por um mês na rede estadual, pela falta de funcionários (que já bate 20%), pelo risco de contaminação e pela redução das doações de sangue.

Na rede municipal, 4.888 foram dispensados em menos de 20 dias, obrigando as unidades a reorganizar as escalas de trabalho e levando a prefeitura a contratar 1.280 pessoas para reforçar o

atendimento. Outras 400 estão em processo de admissão.

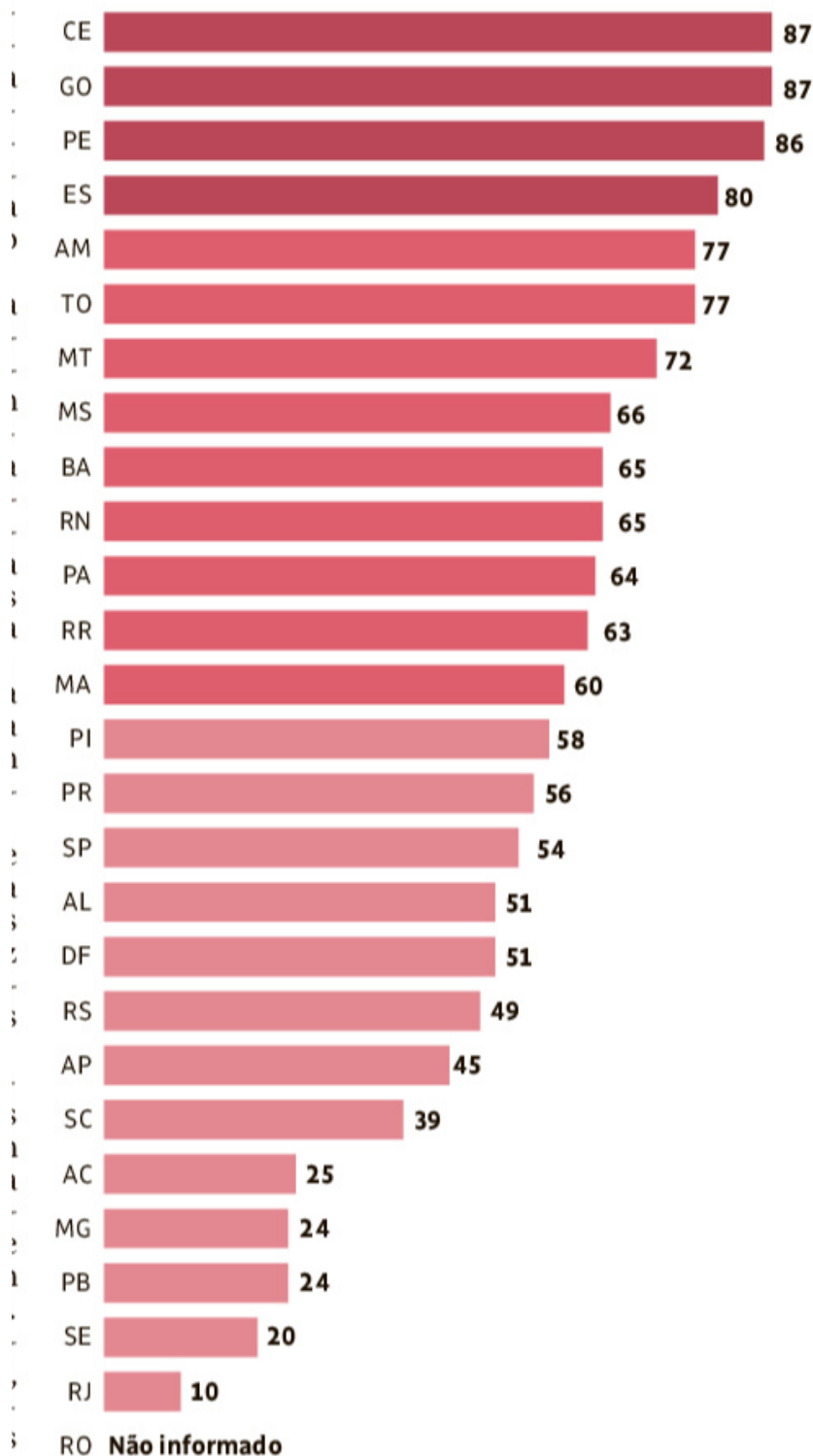
A rede federal também já sente as consequências -o Rio tem seis hospitais da União. O hospital Cardoso Fontes suspendeu os atendimentos da emergência na última sexta, porque 45% dos profissionais estão com Covid ou influenza.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49795>

Ocupação de UTIs para Covid nos estados

Nas redes estaduais, em 17 e 18.jan*, em %



*AL, BA, CE, PE, RJ, RN e SE incluem leitos estaduais, municipais e federais; MG, Belo Horizonte e Teresina incluem leitos públicos e privados; RS e Porto Alegre contabilizam todos os leitos, e não apenas os para Covid-19; João Pessoa, Natal, Vitória, Belém, Cuiabá e Florianópolis incluem região metropolitana e outras; PB considera leitos de UTI adulto, pediátrico e obstetrício; Palmas inclui leitos estaduais e privados contratados pelo estado; São Luís considera apenas leitos estaduais; Recife considera apenas leitos municipais; Fontes: Governos estaduais e prefeituras

Falta de servidores da Receita esvazia protestos em Brasília

Com a dissidência dos servidores da Receita, entidades que representam o funcionalismo público federal levaram ontem cerca de 500 **servidores públicos** aos atos em frente ao Banco Central e ao Ministério da Economia, pedindo reajustes salariais e reestruturação de carreiras.

A ausência foi sentida. Foram justamente os auditores da Receita que puxaram a mobilização no fim do ano passado com a estratégia de entrega de cargos e operação-tartaruga.

Para não participar do dia de mobilização, eles alegaram que a pauta de reivindicação da categoria é específica e tem como prioridade a regulamentação de um bônus de eficiência - modelo muito semelhante ao que já recebem os advogados da União.

O movimento foi considerado fraco pelo Ministério da Economia e por lideranças governistas, que ainda aguardam decisão do presidente Jair Bolsonaro sobre o que fazer com a dotação de R\$ 1,7 bilhão reservada no Orçamento de 2022 para a recomposição salarial, depois que várias categorias se juntaram para brigar também pelo reajuste prometido pelo Palácio do Planalto apenas aos policiais. A previsão orçamentária não especifica a carreira que teria o reajuste, o que abriu uma crise.

O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas- PR), minimizou a manifestação de servidores em Brasília e ponderou que Bolsonaro ainda não bateu o martelo sobre o reajuste salarial em 2022.

"Foi fraquinho", afirmou Barros. "O presidente vai tomar uma decisão. No final do ano, não tinha dinheiro no Orçamento, e eu falei que era melhor não dar para ninguém. Se o governo decidir fazer, vamos tomar as providências para resolver, não tenho problema." Apesar da baixa adesão aos protestos de ontem, os líderes sindicais prometeram aumentar a mobilização caso o Executivo não conceda reajustes às demais categorias e falaram em greve a partir de fevereiro. Houve faixas nos protestos com críticas a Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da reforma administrativa - que prevê uma reformulação na forma como os servidores são contratados, promovidos e demitidos.

Nos bastidores, líderes de algumas categorias sinalizaram ao governo que, caso Bolsonaro recue e não conceda o prometido reajuste às polícias, a mobilização tende a arrefecer. A informação foi confirmada pela reportagem também junto a lideranças sindicais. Mas, por outro lado, destacam que, nesse caso, as entidades que representam as polícias vinculadas à União também devem procurar o funcionalismo para ampliar as mobilizações.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Servidores de 46 categorias param e dizem que "bola" está com Bolsonaro

***Estevão Taiar, Larissa Garcia, Fabio Murakawa e Edna
Simão***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187118](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118)

Site:

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/
187118](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118)**

Reforma tributária fica sem data para votação no Senado

Aposta do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG), em 2022, a aprovação da **reforma tributária** está cercada de dúvidas no Senado. Líderes partidários e integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa dizem haver um esforço para o texto ser pautado em fevereiro.

Mas há resistências entre Estados e municípios e setores da economia. Além disso, senadores desconfiam se há interesse do governo em aprovar a proposta.

Falas do presidente Jair Bolsonaro reforçam essa percepção.

Em entrevistas na véspera de Natal e na semana passada, ele disse duvidar da aprovação neste ano. "Se a onda da Ômicron continuar, não haverá reuniões presenciais e aí não tem reforma. O próprio presidente (Bolsonaro) declarou que passou 30 anos no Congresso e sabe que em ano eleitoral não aprova nada", disse o senador Omar Aziz (PSDAM), titular da CCJ.

Além do período eleitoral, há outras dificuldades para a votação do relatório da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentado pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), como a possibilidade de capitais e alguns Estados saírem perdendo na unificação de **impostos** e na mudança no modelo de cobrança de **tributos**. A aposta hoje é que a reforma pode até ser aprovada na CCJ, mas tem poucas chances no plenário e quase nenhuma na Câmara.

Em movimentação para uma candidatura ao Planalto, Pacheco encampou a proposta como bandeira de sua gestão à frente do Senado, mas tem evitado se comprometer com um prazo.

A reforma que tramita na CCJ do Senado é a PEC 110, do ex-deputado Luiz Carlos Hauly e protocolada por senadores em 2019. A PEC 45, de autoria do economista Bernard Appy e apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP) na Câmara, ficou na gaveta. O governo, por sua vez, apresentou outro projeto, criando uma nova contribuição federal e unificando PIS e Cofins. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Âncora fiscal e desenvolvimento (Artigo)

Bruno Funchal, professor titular da Fucape Business School, foi secretário especial do Tesouro e Orçamento e secretário do Tesouro Nacional

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Economistas debatem se aumento da Selic é eficaz

Estevão Taiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118?page=6§ion=3

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118?page=6§ion=3

O desafio sem fim dos combustíveis (Editorial)

O ano de 2022 começou com os preços dos combustíveis aumentando e trazendo novamente à tona um problema para o qual o governo federal não consegue encontrar solução, permitindo que surjam propostas de toda sorte para conter os reajustes frequentes nas bombas de abastecimento. Eles pesam no bolso dos consumidores e têm impacto sobre os índices de **inflação**. A Petrobras reajustou o preço do diesel em 8% e o da gasolina em 4,8% no primeiro aumento deste ano, no último dia 12.

Com os reajustes, os preços da gasolina romperam a barreira dos R\$ 7 em alguns estados, ou chegaram a encostar nesse valor, o que ocorre também com os preços do óleo diesel, que, conforme pesquisa da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), bateram na máxima de R\$ 6,905 na Região Sudeste. Os valores médios no país são mais baixos e ficam entre R\$ 6,456 e R\$ 6,743 para a gasolina e entre R\$ 5,26 e R\$ 5,628 para o diesel.

Com o dólar se mantendo acima de R\$ 5,50 e os preços do petróleo batendo recordes no mercado internacional - o tipo brant chegou na manhã de terça-feira a US\$ 87 o barril, o valor mais altos em sete anos -, a Petrobras fará novos aumentos em breve. Acresça-se a esse cenário o fato de os secretários de Fazenda dos estados terem decidido descongelar o valor de referência para incidência da alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com isso, toda vez que a Petrobras elevar os preços ou eles tiverem alta por outro motivo, o valor absoluto do ICMS será maior, embora a alíquota seja a mesma. Como o imposto incide sobre o valor de venda, encarece o preço final.

A decisão coloca os estados no centro do problema, embora esteja longe de serem eles os únicos responsáveis pelos altos preços nos postos. A reação do Congresso veio rápida. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), se comprometeu a colocar em votação o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados que estabelece valores fixos para incidência do ICMS, o que pode reduzir o valor nas bombas e impedir que novos aumentos fiquem acima do percentual estabelecido pela Petrobras. Haverá perda de arrecadação para os estados, não para a estatal do petróleo.

Diante da polêmica, surgem propostas de toda ordem, como parlamentares defendendo intervenção na política de preços dos combustíveis, sem que o Ministério da Economia se manifeste. Mas de pouco vale o silêncio do governo federal. Em janeiro de 2019, no início da atual gestão, o preço médio da gasolina no país era de R\$ 4,344, enquanto o litro do diesel era vendido a R\$ 3,451. A alta expressiva não pode ser debitada apenas na conta do imposto estadual e se deve também à forma como a Petrobras lida com os reajustes, com repasses automáticos de custos, independentemente da condição de mercado, o que não pode ser feito por milhares de empresas privadas do país.

O governo ainda imputa à Petrobras a responsabilidade pelos aumentos, esquivando-se do fato de a empresa seguir uma política de preços estabelecida com o aval do seu sócio majoritário e controlador, que vem a ser a União. É certo que não se deve cogitar nenhuma proposta que desequilibre financeiramente a estatal, mas há margem para buscar soluções que permitam conter aumentos frequentes e equacionar as necessidades da estatal. É preciso que o governo assuma a responsabilidade pela solução do problema, ou ela virá de forma forçada, por decisão de instâncias como o Conselho Administrativo do Direito Econômico (Cade), que na semana passada abriu dois inquéritos para investigar supostos abusos da estatal no mercado de combustíveis.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/19/01/2022/p1>

Doria enfrenta racha no PSDB após prévias, rejeição e dissidência pró-Tebet



Carolina Linhares

Vencedor das prévias presidenciais do PSDB realizadas em novembro, o governador de São Paulo, João Doria, planeja o lançamento de sua campanha em meio a uma série de dificuldades, como a divisão no partido, alta taxa de rejeição, falta de alianças e até uma dissidência a favor da candidatura da senadora Simone Tebet (MDB-MS).

O pré-candidato derrotado nas prévias, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, explicitou a insatisfação de ala do partido com Doria na semana passada. Em entrevista à rádio O Povo CBN, ele defendeu que o PSDB e Doria tivessem disposição de rever a candidatura caso o governador paulista se mantenha estacionado nas pesquisas.

No levantamento Datafolha de dezembro, Doria alcança 4% das intenções de votos, enquanto outros nomes da chamada terceira via têm melhor desempenho -Ciro Gomes (PDT) tem 7% e Sérgio Moro (Podemos), 9%.

Já no quesito rejeição, Doria chega a 34%, empatado com o ex-presidente Lula (PT), presidenciável que lidera a corrida eleitoral. O presidente Jair Bolsonaro (PL) é o mais rejeitado, com a marca de 60%.

O que apontam tucanos ligados a Leite é que Doria não demonstrou crescimento nas pesquisas nos últimos meses, mesmo assumindo suas pretensões eleitorais e adotando uma espécie de campanha permanente no Governo de São Paulo. E, sobretudo, apesar de ser o responsável pelo início da vacinação no país.

Integrantes da campanha de Doria afirmam não sentir pressão do partido por melhor desempenho e avaliam que o governador paulista ainda tem tempo para provar a viabilidade da sua candidatura -a expectativa é a de que ele decole no meio do ano.

As convenções partidárias devem ocorrer de 20 de julho a 5 de agosto. Esse é o prazo para que os partidos tomem as decisões finais a respeito de candidaturas e alianças.

Na entrevista, Leite defendeu que o PSDB avalie as condições de seguir em frente com o nome de Doria entre fevereiro e março. "Infelizmente, desde que venceu as prévias, o governador de São Paulo ainda não conseguiu mostrar nas pesquisas algum tipo de movimento", disse.

Membros da direção do PSDB e de outros partidos da terceira via ouvidos pela Folha afirmam não fazer sentido uma cobrança por resultado até março. Mas, se não houver resultado até o meio do ano, haverá inquietação de aliados e não se descartaria uma composição em que Doria fosse obrigado a abrir mão da cabeça de chapa.

Embora durante as prévias Doria e Leite tenham se comprometido a trabalhar pela união do partido, e líderes tucanos tenham minimizado a disputa fratricida, na prática, a sigla segue dividida entre quem apoia o paulista e quem se recusa a embarcar em sua campanha.

A vitória nas prévias foi apertada -54% a 45%. Aliados de Leite dizem ser difícil se aliar a Doria, lembrando as acusações de pressões e fraude de filiações nas prévias.

Por um lado, Doria convidou o presidente do PSDB, Bruno Araújo, para coordenar sua campanha, em um gesto ao partido na tentativa de unificação. Por outro, questões práticas pesam para o pé atrás com sua candidatura, como a resistência de candidatos a governador pelo PSDB de se associarem ao presidenciável paulista.

Procurado pela Folha, Araújo afirmou apenas que, até março, o partido está dedicado a estruturar a campanha e definir as candidaturas. "A partir de 1º de abril, vamos ter clareza do cenário", declarou.

Os tucanos da ala histórica que fizeram campanha para Leite sugerem que a melhor alternativa é apoiar Tebet, que tem 1% no Datafolha, mas, para eles, é a candidatura com mais chances de vingar.

Os senadores do PSDB José Aníbal (SP) e Tasso Jereissati (CE), por exemplo, que apoiaram Leite, veem qualidades na colega senadora. "Tebet é excelente alternativa. Vai dar uma nova dinâmica na construção de uma terceira via. Ela tem muita garra, percepção e sensibilidade", afirma Aníbal.

No MDB, o crescente entusiasmo por Tebet entre tucanos é bem recebido. Emedebistas também esperam que senadora, ao se tornar conhecida, avance sobre os votos da terceira via -fincando a campanha em questões de diversidade e relembrando sua atuação na CPI da Covid.

A questão, porém, é delicada, já que o presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), é próximo de Doria. O MDB em São Paulo deve apoiar Rodrigo Garcia (PSDB), que é o candidato escolhido por Doria para sucedê-lo.

No cenário nacional, contudo, o partido optou por lançar Tebet e tem caciques pró -Lula. Líderes do MDB pregam união da terceira via e não descartam uma chapa Tebet-Doria -haveria maturidade e diálogo para isso, mas a aliança dependeria dos resultados de pesquisas em junho.

Entusiastas de Doria também veem em Tebet um bom nome para a chapa, mas como vice dele. O governador paulista já se comprometeu a ter uma candidata a vice mulher.

Outra sigla que embarcou na candidatura de Garcia, mas não na de Doria, é o União Brasil (fusão de DEM e PSL). Para detratores de Doria no PSDB, também pesa contra a candidatura do governador a falta de perspectiva de aliança com outras legendas, o que indicaria seu isolamento.

O União Brasil, por exemplo, tem se aproximado da candidatura de Moro, que é o principal rival de Doria na terceira via. O deputado federal Junior Bozzella (PSL-SP), que organiza a campanha de Moro em São Paulo, afirmou à coluna Mônica Bergamo que a união dessas candidaturas é um caminho natural ainda que exija "desprendimento, renúncias e sacrifícios".

A unificação das candidaturas da terceira via, segundo ele, depende de que o candidato atrás nas pesquisas aceite ser vice do que está na frente -o que, no momento, coloca a pressão do lado de Doria.

Entre aliados de Doria, porém, há dúvidas sobre a manutenção da candidatura de Moro, que também tem alta rejeição e impõe um custo ao fundo eleitoral do Podemos.

A questão da viabilidade eleitoral de Doria foi o cerne do argumento pró-Leite durante a campanha de prévias e, agora, é evocada para questionar a manutenção da candidatura do paulista.

Alguns aliados de Doria, de forma reservada, veem na falta de disposição e cooperação do entorno de Leite uma atitude de recalque e cobram a fidelidade que o gaúcho disse ter em relação ao partido. Também veem na opção por Tebet um balão de ensaio.

Não há dúvidas entre o time do governador de que ele subirá nas pesquisas na medida em que suas atitudes pró-isolamento na pandemia forem explicadas e que seus investimentos no estado forem inaugurados.

Doria planeja uma série de viagens pelo estado até abril, quando deve deixar o cargo para concorrer. A partir daí, viajará pelo país, começando por Minas Gerais e Nordeste.

O governador de São Paulo, que voltou a ficar em evidência depois de iniciar a vacinação de crianças no país na semana passada, deve inaugurar a sede de sua campanha, uma casa em área nobre de São Paulo, em março. O local vai abrigar uma produtora, com estúdios e auditório.

O presidente do PSDB de São Paulo, Marco Vinholi, afirma à reportagem que Doria deve crescer ao longo do ano e minimiza a divisão sobre a candidatura entre os tucanos.

"Não há nenhuma possibilidade do PSDB voltar atrás na candidatura, pelo contrário. A imensa maioria embarcou e estamos fazendo esse trabalho de união. Pode ter uma questão ou outra isolada, que vamos trabalhando. É natural", disse Vinholi.

"Estamos avançando bem. É um trabalho que vem sendo feito e vai dar resultado na hora certa. Doria tomou atitudes corretas, tem entregas importantes no estado, como a vacina, o crescimento do **PIB**. Trabalhamos para transformar isso em intenção de voto", completa.

Ainda nas prévias do partido, a campanha de Doria o assumiu como "chato". A ideia é a de que a rejeição a um chato é possível de ser superada, ao contrário da rejeição cristalizada de Bolsonaro e Lula.

Estrategistas de Leite, porém, não veem a rejeição de Doria ligada só ao desgaste da pandemia, mas

sobretudo ao seu estilo marqueteiro e sua indisposição com a direita bolsonarista e com a esquerda.

Quem conversa com Doria sobre a eleição, contudo, afirma que, depois de vencer três prévias e duas eleições, o governador está confiante de que terá mais um resultado positivo em outubro.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49795&anchor=6448724&pd=0d10ccfcacc8520e9112d975e4cce136>

Retomada global patina com China e Ômicron



VINICIUS NEDER RIO

Fornecedora de insumos e componentes usados na indústria mundo afora, a China anunciou no dia 11 uma quarentena em Anyang, cidade de 5 milhões de habitantes na província de Henan.

Foi a terceira cidade chinesa a adotar medidas de restrição por causa da variante Ômicron do novo coronavírus, cuja primeira transmissão local na capital, Pequim, foi detectada no último sábado. Ao todo, o confinamento atinge dezenas de milhões de trabalhadores no país, em razão da política do governo chinês de impedir a disseminação da covid-19 a todo custo.

Apenas na cidade de Xian, 13 milhões de habitantes tiveram de ficar em casa durante três semanas.

Em Hong Kong, as autoridades suspenderam por um mês todos os voos internacionais para cerca de 150 países.

Alguns especialistas sugerem que a Ômicron, apesar de muito mais contagiosa, é menos virulenta, provoca menos hospitalizações e mortes, especialmente entre os vacinados, o que poderia mitigar eventuais impactos negativos da nova onda da pandemia sobre a economia. Economistas, porém, ressaltam que ainda há muita incerteza especialmente por causa da China, país onde a política de quarentenas rígidas leve a uma nova rodada de restrições nas cadeias globais de fornecimento da indústria.

"Mesmo que, globalmente, não estejamos vendo medidas de contenção, a China segue com a política de "covid zero", adotando lockdowns abrangentes", diz o economista sênior da LCA Consultores Bráulio Borges, numa referência à estratégia chinesa para controlar a pandemia.

O temor se agrava justamente no momento em que a desorganização provocada pela pandemia nas cadeias produtivas globais dava um sinal de alívio.

Nos últimos meses de 2021, pesquisas de percepção da indústria e relatos das empresas mostravam uma melhora em relação aos meses anteriores, mas a onda causada pela Ômicron indica que um dos principais choques econômicos da covid-19 ainda está longe de passar.

"Embora as restrições tenham cedido em dezembro, para o menor nível desde março (de 2021), ainda é cedo demais para dizer que a normalização está à vista, mesmo que o movimento seja na direção correta", afirma Pollyanna de Lima, diretora econômica responsável por acompanhar a economia do Brasil na consultoria IHS Markit, que produz o Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês), um dos indicadores mais utilizados no mundo.

Na edição de dezembro passado do PMI global do setor industrial, calculado pela IHS Markit em parceria com o banco de investimentos JPMorgan e divulgado na primeira semana do ano, o número de empresas que relataram restrições com escassez de insumos foi 3,5 vezes maior do que na média histórica de 2005 a 2020. É menos do que os 4,7 vezes de outubro de 2021, mas, até 2020, esse múltiplo nunca havia passado de duas vezes.

No Brasil, além do PMI local, pesquisas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) vão no mesmo sentido. Na sondagem da CNI, 62,4% das empresas entrevistadas relataram "falta ou alto custo de matérias-primas" no terceiro trimestre de 2021, abaixo dos 67,2% do primeiro trimestre do ano passado, mas ainda muito acima da média de 20,8% observada trimestre a trimestre de 2015 a 2019. Em novembro, 66% dos fabricantes de eletroeletrônicos ainda relatavam dificuldades com insumos, conforme sondagem da Abinee, associação representante do setor.

A indústria automotiva, um dos símbolos dos gargalos de produção, vê a luz no fim do túnel, mas Luiz Carlos Moraes, presidente da Anfavea, entidade representante das montadoras, alertou no último dia 7 que a falta de insumos continuará em 2022, com risco

de haver "dias parados numa fábrica, semanas em uma outra", ainda que com "menos emoção do que em 2021". No ano passado, várias fábricas pararam principalmente por falta de semicondutores.

DESARRANJO. O travamento das cadeias da indústria - ou cadeias globais de valor (CGV), no linguajar acadêmico sobre o assunto - é um dos efeitos atípicos e inéditos da covid-19 sobre a economia.

Montada sob uma integração econômica sem precedentes, essa organização permite que um produto concebido num país seja fabricado em plantas no outro lado do mundo, com destaque para o Leste da Ásia, em nome do menor custo.

Só que o sistema de transporte global de componentes e a excessiva concentração da fabricação de alguns deles - como o caso dos semicondutores em Taiwan - foram colocados em xeque pelas restrições ao contato social impostas pela covid-19.

No início da pandemia, paradas nas fábricas de todo o mundo derrubaram estoques e contribuíram para a recessão global.

Já no segundo semestre de 2020, uma forte retomada da demanda - impulsionada tanto por políticas de transferência de renda para mitigar a crise quanto pelo direcionamento do consumo das famílias para os bens - pressionou a capacidade produtiva de fabricantes de componentes e o funcionamento da logística, ao mesmo tempo que fez as cotações das matérias-primas dispararem, entre elas o petróleo e o gás natural.

Os gargalos no transporte marítimo, elo essencial do fornecimento de insumos, parecem longe de acabar, o que se reflete no custo do frete. Segundo levantamento da CNI, o preço médio da importação de um contêiner de 20 pés na rota entre a Ásia e o Brasil arrefeceu de US\$ 11,5 mil em outubro de 2021 para US\$ 9,7 mil em dezembro passado. Mesmo assim, o valor ainda é quase cinco vezes maior do que o registrado em janeiro de 2020, antes da pandemia.

ENTRAVES. Desde fins de 2020, o Centronave, entidade que reúne os principais armadores - como são chamadas as empresas de logística marítima - que atuam no Brasil, vem descrevendo o cenário de "tempestade perfeita". A retomada da demanda na segunda metade de 2020 estressou um sistema todo encadeado, cujos atrasos viram bolas de neve, provocando falta de contêineres e navios.

"Vimos no fim do ano passado sinais de que o pior

tinha passado. Não havia piora no acesso aos insumos, e os estoques estavam bem melhores do que nos piores momentos", diz o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, alertando para os riscos que ainda pairam. "A Ômicron, por mais que não tenha a mesma repercussão (das ondas de contágio) do ano passado, deverá levar a um número grande de afastamentos (de trabalhadores).

Deve dar mais uma balançada na produção", afirma.

Para além dos persistentes problemas globais, a indústria brasileira ainda enfrenta problemas locais. A alta do dólar, marcada por incertezas políticas e econômicas, agrava o quadro, pois encarece os insumos importados ou cotados na moeda americana. Por outro lado, a perspectiva de demanda fraca neste ano poderá dar um alívio adicional - por um motivo negativo, já que a fraqueza se deve à **inflação** elevada e à expectativa de economia estagnada.

"Enquanto as questões em muitos países estão centradas no lado da oferta, no Brasil, a demanda enfraquecida também está danificando o setor industrial", diz Pollyana de Lima, da IHS Markit, lembrando ainda da fraqueza da geração de empregos no País.

-

Segmentos nacionais ainda relatam falta de material

A melhora nos gargalos de produção da indústria, vista nos últimos meses de 2021, não é generalizada, mostra uma análise das respostas sobre dificuldades para obtenção de insumos na Sondagem da Indústria da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feita por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) e obtida pelo Estadão.

Algumas atividades ainda são mais afetadas do que outras, assim como alguns insumos apresentam mais problemas. A escassez de plástico e componentes eletrônicos, por exemplo, piorou entre junho e outubro do ano passado. "Quando começamos os problemas de abastecimento, em 2020, já começamos a notar dificuldades maiores pra bens duráveis", afirma Viviane Seda, coordenadora das Sondagens do Ibre/FGV.

Além disso, as empresas de menor porte estão sofrendo mais, como era esperado.

Pelos dados da Sondagem da Indústria da FGV, a proporção de entrevistados relatando dificuldades para obtenção de insumos necessários à produção caiu de 55,5%, em novembro de 2020, para 42,5% em outubro passado, na média. Só que, entre as pequenas e

microempresas (com até 99 empregados), a proporção foi de 53,7% em outubro.

Pequenas confecções de Nova Friburgo, cidade da região serrana do Rio que abriga um polo produtor especializado em moda íntima, sentem a escassez na pele, conta Marcelo Porto, presidente do Sindvest, entidade que representa a indústria do setor no local.

Mais do que a falta de material, o grande problema é o encarecimento dos insumos.

A restrição de oferta só no foi pior porque a demanda esfriou. "A população não teve poder de compra.

Estamos vivendo um momento de arrocho", resume Porto.

Produção em xeque Empresas brasileiras relatam dificuldade de obter matéria-prima por causa de cenário mundial e também por incertezas locais

Covid zero Política chinesa de impor lockdowns severos mesmo com pequenos surtos traz incerteza, dizem economistas

Gargalo Pequenas empresas sofrem mais com falta de matéria-prima, aponta levantamento do Ibre/FGV

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

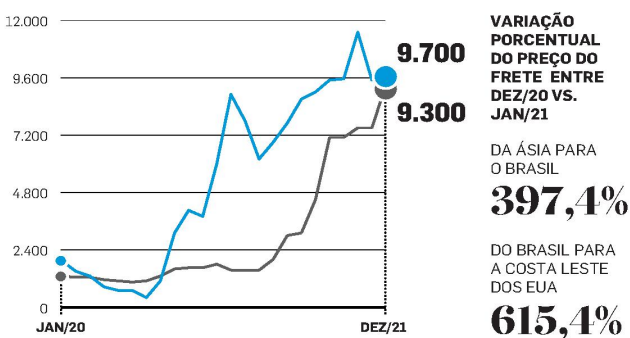
COMÉRCIO PREJUDICADO

Pandemia de covid-19 ainda trava as cadeias globais de suprimentos da indústria

Custo do frete marítimo ainda não voltou ao normal

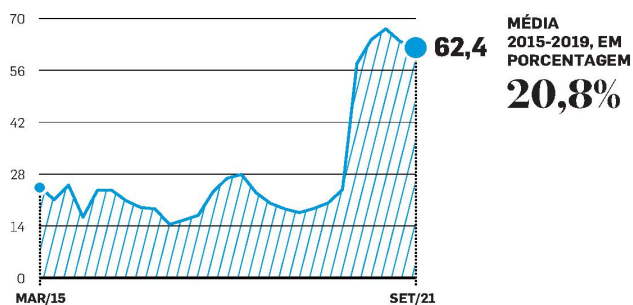
PREÇO DO FRETE DE IMPORTAÇÃO. EM DÓLARES, POR CONTÊINER DE 20 PÉS

■ DA ÁSIA PARA O BRASIL ■ DO BRASIL PARA A COSTA LESTE DOS EUA



Empresas com dificuldade de obter matéria-prima* Companhias industriais seguem relatando dificuldades com insumos

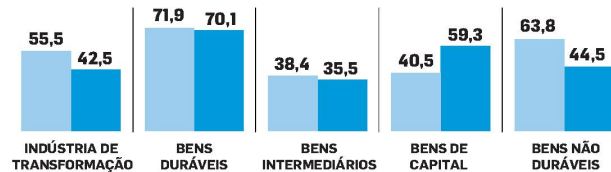
EM PORCENTAGEM DAS RESPOSTAS



Empresas com dificuldade para obter insumos e/ou matérias-primas

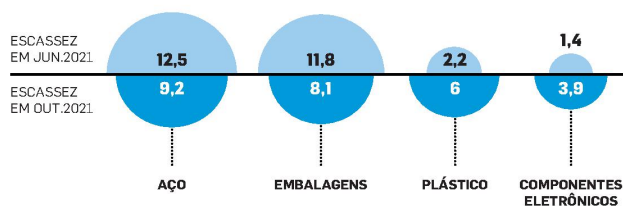
POR ATIVIDADE OU PORTE DA EMPRESA, EM PORCENTAGEM DO TOTAL

■ NOV/2020 ■ OUT/2021



Os insumos mais escassos

EM PORCENTAGEM DOS ENTREVISTADOS QUE CITARAM OS INSUMOS



* ENTRE AS DIFICULDADES ESTÃO A FALTA OU ALTO CUSTO DE MATÉRIA-PRIMA

FONTES: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) E INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (IBRE/FGV) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Dívidas sugam 25% do Auxílio Brasil e frustram impulso para a economia

DANIELA AMORIM

O aumento do endividamento da população a patamares recordes ao longo da pandemia de covid-19 deve subtrair do varejo e dos serviços mais de um quarto dos recursos que serão injetados na economia pelo Auxílio Brasil, segundo cálculos da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) feitos com exclusividade para o Estadão/Broadcast. O governo começou a pagar o benefício ontem.

Dos R\$ 84 bilhões a serem liberados a 17,5 milhões de pessoas em 2022 (considerando o benefício mensal de R\$ 400), os autores do estudo projetam que 70,43% serão revertidos em consumo imediato, o equivalente a R\$ 59,16 bilhões: R\$ 28,04 bilhões gastos no varejo e R\$ 31,12 bilhões, em serviços.

Outros R\$ 21,62 bilhões (25,74%) serão, conforme o estudo, destinados ao pagamento de dívidas, enquanto R\$ 3,21 bilhões irão para a poupança (apenas 3,83%). "Apenas uma parcela muito pequena da população tem condições de poupar", lembrou o economista Fabio Bentes, responsável pelo estudo da CNC.

O economista explica que o consumo imediato depende de fatores como massa de rendimentos, nível de preços e grau de endividamento da população.

Quanto maior o grau de endividamento das famílias, maior tende a ser a parcela do orçamento doméstico destinada ao pagamento de dívidas, ressalta Bentes.

"A cada 1 ponto percentual de comprometimento da renda, o estímulo ao consumo é reduzido em 0,71%. O último dado divulgado pelo Banco Central, referente a setembro de 2021, mostrava 30,33% da renda das famílias comprometidos com dívidas. No pré-covid, na média do ano de 2019, esse percentual era de 24,7%.

Em quase dois anos, avançou mais de 5 pontos percentuais", apontou Bentes.

A CNC projeta que 35,9% da renda das famílias brasileiras estará comprometida com dívidas na média do ano. O levantamento considera todas as contas a pagar, tanto as ainda por vencer quanto as já em atraso.

A perspectiva de piora é explicada pelas condições ainda difíceis do mercado de trabalho, pela **inflação** elevada e pela alta na taxa básica de juros, que encareceu o crédito.

Se o patamar de endividamento recuasse ao nível pré-covid (24,7%), o total de recursos do Auxílio Brasil destinados ao consumo de bens e serviços seria maior, de R\$ 65,91 bilhões, calcula o economista da CNC. "Teríamos uma injeção de recursos no comércio bem maior. O consumo deixará de receber um aporte da ordem de R\$ 6 bilhões por conta desse aumento do endividamento", apontou Bentes.

BAIXO IMPACTO. Para o economista-chefe da Wealth High Governance (WHG), Fernando Fenolio, o Auxílio Brasil deve ter impacto restrito no ano.

O analista estima que o programa deve contribuir com 1,3% para a variação real da massa salarial ampliada, que reúne os rendimentos do trabalho e benefícios sociais e previdenciários.

Esse número é insuficiente para compensar o impacto negativo de 2,7% do fim do auxílio emergencial.

"Não vai fazer grande diferença no resultado final, primeiro por causa da **inflação** alta, que acaba comendo parte dos rendimentos, e não é nada parecido em termos de escopo com o que foram as medidas de meados de 2020", diz Fenolio, que estima queda de 0,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2022. "Em termos reais, a massa salarial ampliada deve subir 0,5% este ano, o que não é uma injeção de dinheiro a ponto de levar a uma expansão do consumo." Pelas contas da LCA Consultores, a participação do novo programa na massa de renda da população deve atingir um pico de 2,6% em junho e se manter em uma média de 2,0% ao longo do ano. "Por mais que tenha dobrado o valor do Bolsa Família, é um programa mais político do que econômico, do ponto de vista de como isso deve afetar o **PIB**", diz o economista Bruno Imaizumi, da LCA Consultores.

Com o efeito restrito na massa salarial ampliada, Fenolio, da WHG, enxerga baixo impacto do programa sobre a aprovação do presidente Jair Bolsonaro (PL) no ano da eleição.

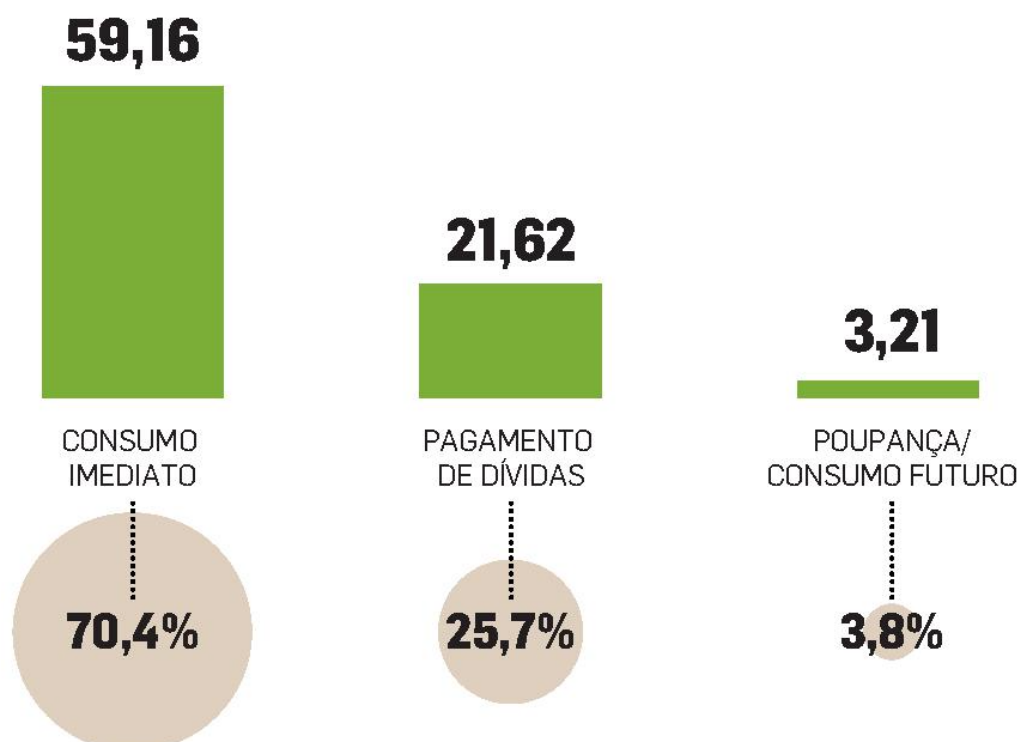
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

RENDA EXTRA

Beneficiários do Auxílio Brasil devem destinar um quarto do valor recebido para o pagamento de dívidas

Previsão de destinação dos recursos do Auxílio Brasil

EM BILHÕES DE REAIS



FONTES: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC) // **INFOGRÁFICO:** ESTADÃO

Brasil encerra 2021 com o recorde de 76,3% das famílias endividadas

A proporção de brasileiros endividados encerrou 2021 em patamar recorde, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em dezembro, 76,3% possuíam dívidas, maior patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2010, conforme a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem.

Na média do ano, 70,9% das famílias estavam endividadas, 4,4 pontos percentuais a mais do que os 66,5% de 2020. "A taxa de incremento de famílias com dívidas também foi a maior já observada, revelando que as famílias recorreram mais ao crédito para sustentar o consumo", apontou a CNC, em nota à imprensa.

A pesquisa da CNC considera como dívidas as contas a pagar em cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro e financiamento de casa, entre outros.

Embora o endividamento tenha aumentado, houve pequena redução na inadimplência em 2021. O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso diminuiu 0,3 ponto percentual, de 25,5% em 2020 para 25,2% no ano passado. No mês de dezembro, porém, o total de inadimplentes foi mais elevado: 26,2%.

A proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas em atraso e que, portanto, permaneceriam inadimplentes, diminuiu de 11,0% na média de 2020 para 10,5% em 2021. No mês de dezembro, essa fatia de consumidores era de 10%.

Os números indicam que, ainda que em condições financeiras mais difíceis, os consumidores conseguiram quitar seus compromissos financeiros, mas a tendência é de alta na inadimplência neste início de 2022. "Os consumidores seguirão enfrentando os mesmos desafios financeiros da segunda metade de 2021, principalmente **inflação**, juros elevados e mercado de trabalho formal ainda frágil. Soma-se a isso o vencimento de despesas típicas do primeiro trimestre, que deverá apertar ainda mais os orçamentos domésticos neste período", avaliou a economista Izis Ferreira, responsável pela pesquisa, em nota.

O cartão de crédito foi o tipo de dívida mais citado em 2021, mencionado por 82,6% dos endividados. As demais dívidas mais citadas foram carnê (18,1%) e financiamento de carro (11,6%).

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar tem valorização de 0,61%, a R\$ 5,5598

VITOR DA COSTA vitor.santos@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Secretário da Fazenda diz que Estado ainda aposta no diálogo com Guedes

Gabriel Vasconcelos e Francisco Góes Do Rio

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118

Petróleo atinge maior cotação desde 2014 por receio com oferta

Tom Wilson e Sarah Provan

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118?page=6§ion=3

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187118?page=6§ion=3